

Senado

2 AGO 1998

# Comparações preocupantes

ESTADO DE SÃO PAULO

O brasileiro, quando procura assistência médica, gosta de ser medicado. Todos sabemos disso. Os médicos, por sua vez, muito reclamam de que, quando nada prescrevem, pois o caso nada exige, o paciente desconfia. Problemas à vista, pois está criada fonte de tensão numa relação que deve ser basicamente de confiança. Essa tensão não existe no Sistema Integrado de Saúde (SIS), nome pelo qual é chamado o plano especial de saúde dos funcionários do Senado da República. Estamos tranquilos nessa afirmação, posto que em nada menos de 67% dos atendimentos residenciais os funcionários da Câmara Alta assistidos não foram medicados. Não precisavam de nenhum título de nossa vasta produção alopática. Porém, como deve ser em qualquer prestação de serviço, cada visita teve seu preço; nesse ponto tudo

ficou um pouco mais complicado: apesar de dois terços dessas visitas não necessitarem de qualquer prescrição, cada uma delas custou impressionantes R\$ 509,62.

É um pouco confuso determinar com exatidão quanto desse custo foi pago pelo contribuinte brasileiro. Por outro lado, não é confusa e sim muito estranha a duplicidade de esforços. Os funcionários do Senado têm direito ao excelente e bem aparelhado serviço médico da Casa, inteiramente custeado pelos cofres públicos. Por que, apesar dessa garantia, tão custoso plano foi assinado? É fato que os médicos do referido plano zelam por sua eficiência profissional e nada receitam, por exemplo, para tratar unha encravada, gripes, alcoolismo. Tudo no domicílio.

O maior problema nesse caso continua sendo a comparação; o trabalhador brasileiro é atendi-

do por um Sistema Único de Saúde, que remunera cada consulta por exatos R\$ 2,04! Não há engano! Tal remuneração não paga três viagens de ônibus nas principais capitais do País. Mas quita o trabalho médico incluído numa consulta!

Se esse brasileiro for funcionário do Senado a situação muda para o outro extremo. Parece não faltar recursos para remuneração médica igualmente fora

de qualquer padrão de mercado. Nesse capítulo dos recursos disponíveis, a mencionada comparação se agrava. As verbas providas pelo contribuinte, para a assistência médica e odontológica dos senadores; servidores do Senado e

dependentes para este ano é de R\$ 12,1 milhões! É preciso ter presente que o universo gerador dessa demanda são 81 senadores. Ou seja, algo muito próximo ao custo ano de mais de R\$ 150 mil por senador para atender a ele, seus fun-

cionários e os familiares de ambos. Quanto é a porção orçamentária da saúde para cada brasileiro? Já foi de US\$ 21, passou para pouco mais de R\$ 30 e a certeza é pouca se aumentou muito para este

exercício. Nesse universo de comparações, qual é o maior absurdo: a consulta de mais de meio milhão de reais ou mais de R\$ 12 mil por mês para os eventuais gastos com saúde de quem trabalha no Senado e dos seus dependentes?

**Os recursos disponíveis para a saúde no Senado não se comparam com os dos outros brasileiros**